

Recrutamento forçado para a Armada Imperial nas Guerras da Independência e da Cisplatina*

Impressment into the Imperial Armada in the Independence and Cisplatine Wars

Paloma Siqueira Fonseca

Mestre em História pela Universidade de Brasília.

RESUMO

O recrutamento forçado foi uma prática utilizada pela Marinha do Brasil para guarnecer os navios da Armada Imperial nas Guerras de Independência do Brasil (1823) e da Cisplatina (1825-1828). As levas de recrutas eram depositadas na presiganga, navio que serve de presídio da Marinha, no Porto do Rio de Janeiro. Naquela época, a Marinha aproveitou a experiência náutica de marinheiros mercantes e empregou homens acusados de vadiagem, dando-lhes um destino útil para a constituição do Império do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: recrutamento forçado; navios de guerra; navio-presídio

ABSTRACT

Impressment was a practice used by the Brazil Navy to man the ships of the Imperial Armada in the wars of independence of Brazil (1823) and Cisplatina (1825-1828). The waves of recruits were deposited in presiganga, prison-ship Navy, in the port of Rio de Janeiro. At that time, the Navy took the boating experience of merchant seamen and employed men accused of vagrancy, giving them a useful target for the establishment of the Empire of Brazil.

KEYWORDS: impressment; warships; prison-ship

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A prática do recrutamento forçado subsistiu largamente na Marinha do Brasil Império mesmo após a criação em 1836 das companhias de imperiais marinheiros, que passaram a fixar, com fins correccionais, os recrutas à força. Como era pequeno o número dos que se apresentavam voluntariamente para servir, esse tipo de recrutamento constituiu fonte essencial para guarnecer os navios nacionais com marinheiros nas primeiras décadas do século XIX.¹ O recrutamento forçado para guarnecer navios de guerra remonta ao período de formação dos impérios marítimos e foi utilizado por países que construíram esse tipo de

* Artigo recebido em 10 de abril de 2014 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2015.

império, como a Grã-Bretanha. Portanto, era prática típica de governos que entravam em conflitos beligerantes para adquirir e manter possessões, ou, como no caso dos Estados Unidos, para obter sua independência.²

O termo inglês *press-gang* referia-se a essa prática, indicando o destacamento naval sob o comando de um oficial encarregado, em tempo de guerra, de recrutar à força homens para servirem na Marinha inglesa. O termo deu origem, no Brasil, a 'presiganga', anglicismo que designava um navio que servia de prisão. Sob os cuidados do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a Nau *Príncipe Real*, navio desarmado que serviu como presiganga, manteve em depósito os recrutas forçados durante as Guerras da Independência e da Cisplatina, antes que fossem transferidos, em 1827, para outros navios desarmados.³

Em sua existência, de 1808 a 1831, o navio presídio esteve associado mais fortemente como depósito de condenados a trabalhos forçados pela justiça comum e militar. Os recrutas, por não serem utilizados nos serviços em terra, eram presos transitórios, aguardando um destino para as guarnições dos navios da Armada. Frequentemente, acreditavam-se detidos na presiganga porque os teriam confundido com meliantes, mas, diferentemente dos outros *forçados* condenados, os recrutas estavam associados ao contexto das independências nacionais no continente americano, não podendo ser considerados criminosos, mas destinados às lides do mar e das batalhas em prol do Império do Brasil.

A respeito da maré revolucionária que se alastrara pelo mundo ocidental nas primeiras décadas do século XIX, foi inspirada nos modelos da revolução americana e da revolução francesa, esta última realizando o ideal da 'nação em armas', boa parte sustentado pela ênfase ocidental na disciplina. O tipo de compromisso antes reservado somente a oficiais era esperado que fosse exibido por soldados. O nacionalismo começou a pautar a lealdade das tropas, de forma que esse novo elemento influenciou táticas, logísticas e estratégias.⁴

De acordo com a historiadora Lara Lis Carvalho Souza, o Brasil como corpo político au-

tônomo, surgiu como pacto social em torno da *persona* de Dom Pedro I, através do sistema de adesões das câmaras provinciais, da liturgia do poder e do povo em armas. O pacto social enfeixado no imperador pressupôs o consentimento do poder local, expressou-se em festas (procissões, cortejos, desfiles), arregimentou tropas em paradas militares e para a repressão a sedições. O povo em armas significava um dos aspectos de celebração e de defesa da monarquia, tornada constitucional com Dom Pedro I. A própria noção de 'povo' estava consubstanciada no seu emprego em forças armadas, sujeito a códigos disciplinares e à ordem do trabalho.⁵

Portanto, nas duas campanhas militares em que a Marinha esteve envolvida entre 1823 e 1828, transportando forças de terra ou entrando com navios em bloqueios e batalhas, o componente do nacionalismo ou de adesão a uma causa nacional conferiu sentido aos compromissos e alianças na luta contra portugueses e espanhóis da região platina. Por outro lado, e de forma ambígua, os homens livres pobres, pouco afeitos à rígida disciplina da Marinha, por serem forçados a compor as guarnições dos navios, não demonstravam de forma veemente a adesão ao projeto nacional e imperial, pelo contrário, procuravam se subtrair ao recrutamento, como veremos.

Resumidamente, a campanha da Independência (1823) incluiu o emprego de Forças Navais para afastar as forças portuguesas mandadas pelas Cortes com o objetivo de recolonização. A campanha se deu em duas frentes: Bahia e Cisplatina. Na Cisplatina, houve bloqueio do Porto de Montevideu e batalha naval em 21 de outubro com derrota do lado português, que capitulou em novembro. Na Bahia, também houve bloqueio do porto e batalha naval em 4 de maio, mas esta ficou indecisa, havendo avarias nos navios e feridos em ambos os lados: as tropas lusitanas, desesperançadas de receber socorro de Portugal, sitiadas por terra e bloqueadas por mar com forças organizadas pelo Império do Brasil, retornaram em julho a Portugal; missões pacificadoras foram empreendidas no Maranhão e no Pará.

Durante a Campanha Cisplatina (1825-1828), o Brasil Império travou combate

contra as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) pela manutenção da Província Cisplatina (atual Uruguai), incorporada pela Coroa portuguesa em julho de 1821. Tratou-se de uma guerra de bloqueio ao Rio da Prata, incluindo batalhas navais, mas também de corso. Apesar de a Armada ter atingido seu maior poderio na época da navegação a vela – quase 100 navios –, a República Oriental do Uruguai obteve sua independência, o erário do Brasil foi à bancarrota e a imagem política de Dom Pedro I se desgastou.⁶

O DEPÓSITO DE RECRUTAS

A Marinha, ao tempo das Guerras da Independência e da Cisplatina, realizava recrutamentos no mar com o uso de embarcações; por terra, era abastecida de homens pela polícia, sediada na Corte, e por autoridades provinciais. Tripulantes de navios mercantes e homens remetidos de províncias distantes como Pará e Rio Grande do Sul compuseram as guarnições dos navios de guerra, não sem antes passar pela presiganga. Vejamos uma das implicações de se recrutar no mar e em terra num período crucial de formação da Marinha do Brasil, durante a Campanha da Independência, em agosto de 1823, para completar a guarnição da Corveta *Liberal*:

Na noite do dia 7 para 8 do corrente se receberam neste depósito 35 praças de marinhagem, 29 recrutados pela Polícia e seis pelos escaleres do Arsenal e desta nau; no número dos seis veio o inglês Henry Sandou – seu verdadeiro nome – conduzido pelo cabo da ponte Ribeiro; e no número dos 29 veio o Marinheiro Petter. No dia 9, veio a este depósito um oficial inglês que dizia ser do paquete, com um marinheiro português que servia de língua e, estranhando achar o dito marinheiro Sandou preso, me disse que culpa tinha cometido, respondi-lhe que tinha vindo preso no número dos recrutados para o serviço da Esquadra, e querendo-o levar, lhe disse que para isso dependia de ordem, portanto

que fosse ao Arsenal da Marinha falar com o Exmo. Sr. Inspetor, pois é de quem recebia as ordens, o qual logo se retirou. Para completar a guarnição da Corveta *Liberal*, não só foram todos os recrutados que existiam, indo no dito número os referidos ingleses, como na noite antecedente se procedeu o recrutamento, cujas praças na madrugada do dia 14 foram para a dita corveta.⁷

Em resumo, para a marinhagem da Corveta *Liberal*, prestes a sair, os 35 recrutados foram recebidos na presiganga na noite do dia 7 de agosto; no dia 14, foram enviados à corveta; ficaram, portanto, seis dias no depósito, provavelmente aguardando a partida do navio de destino.⁸ Havia domínios de recrutamento: a polícia o fazia em terra (29 recrutados); o Arsenal e a própria presiganga o faziam no mar (seis recrutados), com escaleres. O que podia causar confusão era a estada dos recrutados no navio presídio, que era associado ao depósito de condenados: o oficial inglês de um paquete, auxiliado por um intérprete, enfim descobriu que o Marinheiro Sandou não estava na presiganga pelo fato de ter sido acusado de alguma culpa, e sim por ter sido recrutado para o serviço da Esquadra.

A polícia, à época, era a entidade responsável pela captura, condenação e remessa para as prisões de criminosos e 'vadios'. A guarda de polícia, força policial de tempo integral, organizada militarmente, alimentou as prisões juntamente com os juizes do crime durante mais de 20 anos, de 1808 a 1830.⁹ As autoridades policiais se comunicavam amplamente com as autoridades navais quando ocorriam deserções de trabalhadores forçados e de membros da corporação, ou, ainda, como veremos neste trabalho, fugas de marinheiros mercantes para não serem recrutados e quando havia remessa de 'vadios' para as prisões.

No recrutamento à época da campanha da Independência, a fonte de recrutados mais abundante não vinha do mar, mas de terra, sob os auspícios da guarda de polícia. A partir de 1824, esse quadro se modificou, devido à adoção de um recrutamento dirigido a navios mercantes nacionais:

Sendo indispensável que haja sempre a bordo da presiganga uma quantidade disponível de marinheiros aptos para guarnecerem os navios de guerra; e não bastando para isto o recrutamento que é costume proceder-se em terra, manda S.M., o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, que o Inspetor do Arsenal da Marinha expeça as convenientes ordens a fim de proceder-se também a um recrutamento de marinhagem a bordo de todas as embarcações de comércio nacionais que entrarem neste porto, tirando-se proporcionalmente de cada uma o número de indivíduos, cuja falta não prejudique a sua segurança.¹⁰

Mesmo assim, essas ações de recrutamento nem sempre se passavam com lisura, e o fruto delas podia não ser o esperado. Atos de suborno feitos por marinheiros, para deixarem de ser recrutados, ocorriam, e os agentes que realizavam o recrutamento passavam a ser malvistas pelas autoridades navais, como ocorreu com o Sargento Feliciano José da Costa que, “acompanhado de dois soldados, trocou no ato daquele recrutamento honra e brio por 3 mil e 400 réis”.¹¹

Outras vezes, os recrutas não faziam parte da tripulação dos navios mercantes, pois estavam ali somente de passagem: José Gonçalves Moreira pediu para ser solto da presiganga, visto que ocorrera um engano quando o recrutaram como marujo no *Príncipe Regente*, pois neste navio estava a negócios. Moreira confessou que, se ele estava matriculado na equipagem do navio, foi para não pagar passagem, conforme o trato que fizera com o mestre da embarcação. Moreira carregava três escravos no *Príncipe Regente*, que retornava de Moçambique.¹²

Na entrada da barra, a embarcação que realizava o recrutamento era o Bergantim *Príncipezinho*, situado à frente da Fortaleza de Villegagnon, a proteger que os navios que entram deem fundo e não atraquem a eles sem estarem desembaraçados pela Alfândega, para virem para cima; e juntamente recrutar por ordem regular a maruja das embarcações que entram à barra.¹³

Entre os imprevistos que causavam transtornos ao recrutamento de marinheiros das embarcações mercantes estava a fuga desses homens, que desembarcavam fora da barra para não serem pegos nas levas. Diante disso, o intendente-geral da polícia tomaria as providências para que aqueles indivíduos fossem apreendidos e remetidos ao Arsenal de Marinha.¹⁴

Com efeito, muitos foram os fugitivos de navios mercantes com o objetivo de se subtraírem ao recrutamento. Também denominados ‘desertores’ pelas autoridades navais, eles eram identificados pelo nome do navio de que eram tripulantes, pela naturalidade, idade, estatura, rosto e soldo que recebiam. Uma lista continha os nomes dos marinheiros fugitivos com idades entre 12 e 48 anos, com estatura variando entre ‘baixa’, ‘ordinária’ e ‘alta’ e rosto identificado como ‘redondo’ ou ‘comprido’, sinais distintivos importantes para a localização dos desertores.¹⁵

As contas da marinhagem em fuga surgiam sem parar no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro: os Bergantins *Minerva*, *Oriente*, *Prontidão*, *Senhora dos Remédios* e *Tejo*, além das Sumacas *Argelina*, *Aurora*, *Eufrásia*, *Flor do Porto*, *Leopoldina*, *Maria José*, *Piedade* e *União* foram algumas, entre outras embarcações mercantes, que sofreram baixas de marinhagem à entrada da barra do Rio de Janeiro.¹⁶ A respeito de como os marinheiros realizavam a fuga, segue o relato da captura de quatro deles pelo comandante da bateria de Copacabana, Manuel Antônio Pacheco:

Participo a V.Sa. que chegou na praia próxima a estas baterias um bote com sete marinheiros, os quais, depois de encalharem o dito bote, correram para o mato; e supondo em que se teriam escapado de alguma embarcação de guerra, os mandei seguir, e só se puderam prender quatro, os quais dizem pertencer à guarnição do Bergantim *Ligeiro*, que veio de Cabinda, e que eles tinham saído de bordo para não serem presos à entrada da barra para os navios da Esquadra, os cujos remeto a V.Sa., que determinará o que for servido.¹⁷

Nem só de infortúnios para a Marinha vivia a prática do recrutamento. Seu fim, o de guarnecer os navios de guerra, fazia-se a contento, da perspectiva da instituição: Manuel José foi recrutado pelos escaleres do Arsenal a bordo da Escuna *Urânia* e passado para a Corveta *Maceió*;¹⁸ nove praças de marinhagem foram para a Barca canhoneira *Parati*, acompanhados da guia onde constavam nome, filiação, naturalidade e data dos vencimentos de cada um.¹⁹

DA UTILIDADE DOS RECRUTAS

Mesmo que, aparentemente, muitos recrutas não tivessem condições físicas e mentais para o serviço de mar, eram aproveitados pela instituição. À época da campanha da Independência, o cirurgião-mor das Armadas Francisco Júlio Xavier atestou que um grupo de 16 recrutas depositados na presiganga estava incapaz para o Serviço Nacional e Imperial:

1 Antônio Pedro – braço direito aleijado

2 Manuel Joaquim – fístulas de uretra

3 Felisberto Pereira – aleijado do braço direito

4 João José de Miranda – acidentados de gota-coral

5 Faustino dos Santos – cego de todo

6 José Martins – aleijado da perna esquerda

7 José Ferreira – mania e velhice

8 Felizardo Miguel – fratura mal curada dos ossos do peito

9 Pedro da Silva – várias fístulas antigas nas costas

10 Antônio Afonso – fístulas de uretra

11 Francisco José – idiotismo, mania passiva

12 Mariano João Inácio – hérnia de estômago

13 José Carlos – hérnia carnosas no escroto

14 Narciso Ferreira – cego

15 Eleutério Maria – aleijado do braço esquerdo e cego de um olho

16 Mateus José – aleijado da perna esquerda²⁰

As deficiências físicas e visuais – braço aleijado, perna aleijada, cegueira – naquele grupo de ‘marinheiros’, como o cirurgião denominava os recrutas, podiam impedir a realização de atividades que exigiam destreza física, além de visualização rápida e definida de objetos e pessoas. As disfunções orgânicas – fístulas de uretra, fístulas nas costas, hérnia de estômago, hérnia de escroto –, por causarem dor intensa e incômodos variados, podiam acarretar descompasso ou interrupção em atividades repetitivas e rotineiras, assim como os distúrbios de ordem mental – epilepsia, mania, idiotismo. Assim, de acordo com o cirurgião, nenhum daqueles homens tinha aptidão para servir em navios de guerra.

No entanto, o Ministro Luís da Cunha Moreira foi favorável à utilização dos 16 recrutas ao ordenar ao inspetor do Arsenal que preenchesse com aqueles homens a guarnição dos navios que estavam em preparativos para sair, homens que aparentemente não tinham a mínima compleição ou disposição física e mental para passar cabos ou mesmo realizar a faxina de um navio.²¹ O que esperar de Eleutério Maria, “aleijado do braço esquerdo e cego de um olho”, em um ritmo ditado pela disciplina, onde cada um dos membros de um navio desempenhava uma função, em determinado tempo, para cuidar de numerosos pormenores favoráveis ao desempenho náutico? Qual foi a intenção do ministro em mandar Faustino dos Santos, “cego de todo”, para as lides no mar e, por desventura, para a linha de batalha?

A experiência do recruta José Joaquim de Abreu, alguns meses após o atestado sobre os outros 16, pode ajudar a compreender esse aproveitamento de pessoas em princípio impróprias para o tipo de serviço em navio. O recruta Abreu, juntamente com outro, foi remetido da presiganga para o Quartel do Corpo de Artilharia da Marinha, para ali assentar praça, mas o Comandante do Corpo, José Joaquim do Couto, tornou a enviá-lo para o navio presídio por considerá-lo velho, com uma belida (mancha branca na córnea do olho) e com os movimentos de um dos braços limitados, e assim incapaz para assentar praça. O ministro, diante disso, ordenou ao inspetor que o cirurgião e o

comandante da nau presiganga examinasse o recruta devolvido.²²

O cirurgião considerou que “o recruta não pode servir em soldado porque tem o olho direito com uma catarata incipiente; porém, sim, pode ocupar-se no serviço da Esquadra”. Marcelino de Souza Mafra, o comandante da presiganga, confirmou “que é visível a catarata que o dito recruta tem no olho direito, porquanto não pode servir na praça de soldado”, mas poderia “empregar-se como marinheiro pelo ser e ter andado nos navios de guerra seis anos, o qual vi ter de idade 39 anos”.²³ Portanto, o recruta foi indicado por ambos para o serviço na Esquadra como marinheiro, por ser mais proveitoso nessa condição, ao invés de desenvolver o serviço como soldado: muito provavelmente, o manejo de cordas não exigia visão mais apurada do que o manejo da artilharia para o tiro; além do mais, Mafra lembrou que Abreu tinha seis anos de experiência como marinheiro em navios de guerra.

No caso do recruta Abreu, fica evidente que a qualidade mais valorizada pela Marinha no serviço náutico não era a aptidão física ou a juventude, mas o domínio, a destreza, o tirocínio para as operações a serem realizadas em embarcações, como marujos. De acordo com Mafra, o recruta Abreu possuía experiência como marinheiro e sua idade avançada não pesava contra seu ingresso como recruta do mar. Portanto, concluímos que, no caso dos 16 recrutas, o cirurgião, por ter uma visão médica sobre os corpos, num primeiro momento desaconselhara o ingresso daqueles homens no serviço naval; o ministro da Marinha, por ter uma visão política, aproveitara os aparentemente incapazes e lhes dera um destino muito provavelmente em conformidade com o passado marinheiro daqueles homens.

Ao tempo da Guerra Cisplatina, entre os recrutas estrangeiros, havia os designados genericamente ‘espanhóis’, ou seja, aqueles naturais de colônias espanholas, seja as do Centro-Sul da América, ou até mesmo das Filipinas (Manila): José Benito Rodrigues, José Antônio Calbo e Juan Lozano foram para bordo do Bergantim *Independência ou Morte*, incluídos entre 60 recrutas de marinagem; Luís de los Santos, remetido da Ca-

nhoneira *Esperança*, foi recrutado à entrada da barra a bordo da Sumaca *Piedade*, e foi com guia para aquele bergantim; Joan Espinosa, remetido do Cúter *Meruhy*, também foi recrutado à entrada da barra a bordo do Bergantim *Conde dos Arcos*, e foi com guia para o correio *Dois de Julho*.²⁴

Os espanhóis José Areal, Lourenço Cabrera, Salvador do Rio, José Francisco e Manuel Caro pediram para ser soltos da presiganga, por intermédio do cônsul italiano da Espanha no Brasil José de Lavat y Rincón, argumentando que não eram desertores do serviço imperial.²⁵ Os cinco, presos de leva pela Polícia, mais outros cinco também presos, novamente recorreram ao cônsul, dessa vez logo depois que o imperador em pessoa visitou a presiganga. De acordo com os presos espanhóis, Dom Pedro I chegou ao depósito em 15 de novembro de 1826 para lhes propor se queriam servir na Armada voluntariamente. Respondendo que não, o monarca perguntou ao comandante a razão de eles estarem detidos, e este, segundo os suplicantes, afirmou que estavam naquela situação por ordem do cônsul. Os espanhóis, então, desejavam saber a causa ou motivo porque se achavam presos, pois foram pegos de leva sem ter feito renitência, pedindo ao cônsul que “se sirva de mediar no possível por nossa liberdade tanto para buscar a vida os bons, como para tratar de sua saúde os enfermos”.²⁶ Marcelino de Souza Mafra, por sua vez, contestou os presos na parte em que afirmavam que Dom Pedro I teria lhe perguntado o motivo da prisão: segundo Mafra, tal coisa não sucedeu, “e ouvindo-os, afirmam que me não ouviram dizer semelhante coisa”.²⁷

Nesse episódio em que o imperador visitou a presiganga para propor aos recrutas se queriam servir voluntariamente, há muitos significados envolvidos e que merecem reflexão. Em primeiro lugar, não há notícia de que Dom João VI tenha visitado a presiganga, mesmo nas ocasiões em que, ao longo da campanha da Banda Oriental (1816-20), precisou de braços para guarnecer os navios de guerra. Esse tipo de ação parece mais condizente com a juventude e temperamento de seu filho Dom Pedro I, que, à época da visita, tinha 28 anos de idade.

Em segundo lugar, por esse ato, o imperador ampliou os recursos de que dispunha para dispor o povo em armas: além de utilizar a comutação de pena como instrumento para angariar mão de obra para as embarcações de guerra, como o fez com degredados e galés, Dom Pedro I também recorreu ao engajamento voluntário, propondo-o em pessoa aos recrutas. Naquele contexto, em que a fidelidade ao monarca estava vinculada à luta por uma causa nacional, o herdeiro de Dom João VI reafirmou a crença em uma identidade nacional enfeixada em sua *persona*.²⁸

Na campanha da Independência, a Polícia tomou de leva três franceses em Praia Grande, quando iam embarcar de volta ao Rio de Janeiro, autodeclarados artífices: Guillaume Dat, tintureiro; Joseph Deposebé, marceneiro; e Cazimir Josef Tauconier, chaveiro. Depositados na presiganga, Dat foi posto em liberdade, mas não há notícia da soltura para Deposebé e Tauconier.²⁹ É importante salientar que Dat se apresentou como tintureiro junto a Monsieur Bernard, com endereço fixo – Rua dos Latoeiros, n. 15 – e, portanto, possuía um elemento que o isentava da vadiagem; quanto a Deposebé e Tauconier, não há menção a endereço. Com efeito, entre os homens livres pobres, não ter local de trabalho era a condição associada à pessoa considerada vadia, aquela que não possuía ofício em que se empregasse.

Assim, os artífices estrangeiros somente poderiam ser soltos quando houvesse comprovação do exercício de um ofício junto a uma loja ou residência. Sem esse requisito, existia uma indistinção a respeito da nacionalidade dos 'vadios': sendo franceses ou espanhóis, os homens pegos nas levadas poderiam até apelar ao cônsul de suas nacionalidades, argumentando que não tinham cometido faltas ou que eram estrangeiros no Brasil. Mas sabemos que constituíam objeto de recrutamento forçado justamente por comporem os dois principais perfis de recrutáveis: marinheiros mercantes pegos pela Marinha e 'vadios' pegos pela Polícia.

José Freire Sardinha, por exemplo, era um desses tipos socialmente indesejáveis, remetido pelo intendente-geral da polícia por ser vadio e não ter domicílio, vivendo

de desencaminhar mulheres alheias, como praticou com a de um tal Antônio de Oliveira Maia, roubando-a juntamente com uma escrava e duas crias. Assim, o inspetor considerava que podia ser empregado em qualquer serviço do Arsenal, mas ainda melhor em marujo de alguma embarcação.³⁰ A Marinha, então, ao utilizar a prática do recrutamento forçado, aproveitava os desocupados, empregando-os no serviço naval.

Em outra ocasião, o mesmo intendente-geral da polícia ficou autorizado a remeter para o Arsenal de Marinha os vadios e desconhecidos, presos em diversos distritos, que não podiam ser pronunciados por falta de interesse de partes que promovessem testemunhas.³¹ Diante disso, e acostumadas que estavam as autoridades navais a lidar com os galés que chegavam ao Arsenal a partir das guias em que constavam culpa e pena do infrator, o inspetor indagava ao ministro se a recepção dos indivíduos naquela condição podia ser feita mesmo sem a guia.³² Os homens considerados vadios, nessas circunstâncias, constituíam os recrutas que seriam adestrados no serviço naval, enquanto os marinheiros mercantes seriam aproveitados como experientes homens do mar. Por adestramento e por absorção, a Marinha valeu-se de ambas as fontes de recrutas durante as duas guerras em que foi preciso utilizar forças navais.

Além de marinheiros mercantes e 'vadios', a presiganga também recebeu homens de outras províncias, inclusive índios. Guaranis, muito provavelmente provenientes de aldeamentos, foram remetidos do Rio de Grande do Sul em navios mercantes, gratuitamente ou não: Estevão Martins e Santiago Lopes foram transportados na Sumaca *Penha*, cujo mestre era José Francisco da Silva, o qual levou pelo frete de cada um dos guaranis 12 mil e 800 réis; o mestre da Sumaca *Santa Rita*, José da Silva Mafra, recebeu esse mesmo valor por cada um dos guaranis Pedro Paulo e Manuel Antônio; Paulo Gurity, João Jujuy e Pedro Pascoal foram transportados gratuitamente no Bergantim *Conceição*.³³ Quatorze guaranis depositados na presiganga se ofereceram voluntariamente para ser praças do Corpo de Artilharia da Marinha.³⁴ A esse respeito,

os presidentes de província deveriam fazer remessa de índios que estivessem em condições de serem empregados no serviço do Arsenal e no dos navios de guerra.³⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presiganga não foi a única embarcação da Marinha que custodiou recrutas até que fossem remetidos para os navios de guerra. Outros navios desarmados tornaram-se depósito de recrutas, muito provavelmente porque a presiganga estava associada ao depósito de pessoas condenadas que realizavam trabalhos forçados, e isso acarretava problemas com outras autoridades, como cônsules e ministros. Outra razão para a utilização de outros navios para depósito era a própria superlotação da presiganga: tornou-se inviável, operacionalmente, lidar com uma série de grupos de presos, uns mais permanentes, outros temporários como os recrutas. As *Naus Vasco da Gama* e *Pedro I* (ex-*Martins de Freitas*), navios de grande porte, remanescentes da Armada portuguesa, cumpriram esse papel, desafogando a *Príncipe Real* a partir de janeiro de 1827.³⁶

Com a incumbência de informar à Assembleia Legislativa sobre os recrutamentos realizados pela Marinha, desde a instalação daquela Assembleia em maio de 1826, até maio de 1829, o inspetor do Arsenal forneceu números precisos e preciosos: 32 recrutamentos foram mandados realizar pelos ministros da Marinha desde aquele ano, somente quatro dos quais por ordem escrita e o restante por ordem verbal comunicada pelos ajudantes do ministro à Inspeção. Do total de 3.167 recrutados, 2.308 (72,9%) foram empregados na Armada e 859 (27,1%) assentados em quartéis.³⁷

A Marinha, portanto, utilizou a maior parte dos recrutas no serviço em navios, como

marujos, enquanto uma parte menor foi destinada a assentar praça nos quartéis da Artilharia, indicando que a demanda maior por braços era na guarnição de fragatas, brigues e corvetas, num período em que não existia profissionalização do pessoal que exercia trabalho pesado nas embarcações à vela (faxina, manuseio do cordame e do velame etc.). Ao mesmo tempo, a Marinha, ao ordenar os recrutamentos, valia-se predominantemente de comunicações informais, indicando o espírito de urgência das guerras, quando havia necessidade de armar os navios e guarnecê-los com homens.

Os navios que tomavam os rumos Norte e Sul do País em processo de independência e constituição nacional eram guarnecidos, em grande medida, por homens provenientes do recrutamento forçado, sejam marinheiros mercantes ou homens acusados de vadiagem, todos aproveitados pela Marinha, não importando se fossem estrangeiros ou indígenas. As tentativas de evasão desse tipo de recrutamento incluíam fugas de marinheiros antes que seus navios comerciais atracassem no porto, suborno de oficiais da Marinha, além de, como no caso dos estrangeiros detidos na presiganga, queixas a cônsules sob a alegação de que não possuíam culpa. A faixa etária dos recrutas ia de adolescentes a homens de meia-idade, não importando se possuíssem algum tipo de deficiência física ou distúrbio mental, como no caso dos mercantes, e mesmo se não possuíssem algum tipo de ofício, como no caso dos 'vadios'. O importante é que a Marinha saberia aproveitá-los, seja absorvendo sua experiência de marujos, ou habilitando-os ao serviço naval, fornecendo utilidade ao empregá-los em uma causa nacional, como bem expressou a visita de Dom Pedro I à presiganga para perguntar a estrangeiros se queriam servir voluntariamente.

- ¹ GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 186. Para o recrutamento forçado realizado pelo Arsenal de Marinha, ver pp. 186-193.
- ² Para o recrutamento forçado na Grã-Bretanha de 1714 a 1830, ver ROGERS, Nicholas. *The press gang: naval impressment and its opponents in Georgian Britain*. London: Continuum, 2008. Para o recrutamento forçado nos Estados Unidos, por volta do mesmo período, ver CHOATE, Jean. *At sea under impressment accounts of involuntary service aboard Navy and pirate vessels, 1700-1820*. Jefferson, NC: McFarland & Company Incorporated, 2010.
- ³ Sobre a presiganga, ver GREENHALGH, Juvenal. *Presigangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998. FONSECA, Paloma Siqueira. A presiganga e as punições da Marinha (1808-1831). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, pp. 139-157; FONSECA, Paloma Siqueira. A presiganga real (1808-1831) e as punições da Marinha. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). *História das prisões no Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Record, pp. 109-134.
- ⁴ LYNN, John. Nations in arms, 1763-1815. In: PARKER, Geoffrey (ed.). *The Cambridge illustrated history of warfare: the triumph of the West*. Cambridge: University Press, 1995, pp. 186-213.
- ⁵ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Unesp, 1999, especialmente pp. 68, 82, 164, 173-9.
- ⁶ Para descrição detalhada das guerras no período, ver DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1996, pp. 98-110. MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no império (tentativa de reconstrução histórica)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965, pp. 36-131.
- ⁷ Arquivo Nacional, doravante AN, maço XM 726, Ofício do comandante da presiganga, 19 ago. 1823.
- ⁸ A Corveta *Liberal* foi a capitânia da divisão naval comandada pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes, que fez o bloqueio do Porto de Montevidéu. Uma batalha naval envolvendo esse navio ocorreu em 21 de outubro de 1823. Ver MAIA, João do Prado. *Op. cit.*, p. 69-70.
- ⁹ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, particularmente a "Introdução" e o capítulo "Primórdios, 1808-30".
- ¹⁰ BRASIL. Decisões. Portaria n. 172, de 17 de agosto de 1824 (Manda recrutar marinheiros dos navios mercantes para o serviço da Armada). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.
- ¹¹ AN, maço XM 792, Ofício do inspetor, 21 out. 1825.
- ¹² AN, maço XM 792, Requerimento de José Gonçalves Moreira, s/d; Ofício do comandante da presiganga, 13 Jan. 1825; Atestado de Antônio José Bondoso, 17 jan. 1825; Ofício do inspetor, 21 jan. 1825.
- ¹³ AN, maço XM 793, Ofício do inspetor, 29 fev. 1826.
- ¹⁴ BRASIL. Decisões. Aviso n. 11, de 24 de janeiro de 1826 (Manda apreender os marinheiros das embarcações de comércio nacionais que desembarcarem fora da barra). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.
- ¹⁵ AN, maço XM 793, "Relação da gente que fugiu das tripulações das embarcações abaixo mencionadas, segundo refere a parte do capitão comandante do Brigue *Principezinho*, datada de 18 do corrente", por Francisco Antônio da Silva Pacheco, em 22 de março de 1826.
- ¹⁶ AN, maço XM 793, Ofícios do inspetor, 19 jan., 16 fev., 25 fev., 29 fev., 7 mar., 12 mar. 1826.
- ¹⁷ AN, maço XM 793, Ofício de Manuel Antônio Pacheco, comandante da bateria de Copacabana, ao Coronel Comandante-Geral da Artilharia Francisco de Paula de Vasconcelos, 24 nov. 1826; "Relação dos marinheiros presos pelo destacamento de Copacabana", por Manuel Antônio Pacheco, 24 nov. 1826; Ofício do ajudante general Bento Barroso Pereira, 25 nov. 1826; Ofício do inspetor, 25 nov. 1826.
- ¹⁸ AN, maço XM 792, Ofício do comandante da presiganga, 17 out. 1825; Ofício do inspetor, 18 out. 1825.
- ¹⁹ AN, maço XM 792, Ofícios do comandante da presiganga, 28 abr., 26 e 27 jun. 1825; Ofício do inspetor, 27 jun.
- ²⁰ AN, maço XM 726, Atestado do cirurgião, 23 mar. 1823.
- ²¹ AN, maço XM 726, Despacho do ministro, s/d: "Ao inspetor que as praças inclusas passem a servir nos navios da Esquadra com as praças que o merecem, sendo distribuídos por todos os navios".
- ²² AN, maço XM 726, Ofício do comandante da Artilharia da Marinha, 25 jun. 1823; Ofício do inspetor, 25 jun. 1823; Despacho do ministro, 30 jun. 1823.
- ²³ AN, maço XM 726, Atestado do cirurgião, 3 jul.; Ofício do comandante da presiganga, 3 jul. 1823.
- ²⁴ AN, maço XM 793, "Relação dos espanhóis que se diz acharem-se detidos na presiganga", 11 out. 1826; Ofício do comandante da presiganga, 12 out. 1826.
- ²⁵ AN, maço XM 793, Petição de José de Lavaty Rincón, cônsul espanhol, ao ministro dos Estrangeiros, 6 nov. 1826; Aviso do ministro dos Estrangeiros, Marquês de Inhambupe, 7 nov. 1826; Ofício do comandante da presiganga, 11 nov. 1826; Ofício do inspetor, 11 nov. 1826.
- ²⁶ AN, maço XM 793, Requerimento dos presos ao cônsul espanhol, s/d; ofício do inspetor, 21 nov. 1826.
- ²⁷ AN, maço XM 793, Ofício do comandante da presiganga, 20 nov. 1826.
- ²⁸ SOUZA, Iara Lis Carvalho Souza. *Op. cit.*
- ²⁹ AN, maço XM 726, Requerimento coletivo, 3 abr. 1823, em cujo início escreveram *À bord du vaisseau Brésiganga*, corruptela que aludia ao Brasil; ofício do inspetor, 4 abr. 1823. Em outro ofício da mesma data, o inspetor menciona novamente a soltura de Dat e também da "marinhagem inútil".
- ³⁰ AN, maço XM 726, Ofício do inspetor, 21 abr. 1823.
- ³¹ BRASIL. Decisões. Aviso n. 145, de 20 de outubro de 1826 (Manda recrutar para o serviço da Armada os vadios e desconhecidos que forem presos e não puderem ser pronunciados). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.
- ³² AN, maço XM 793, Ofício do inspetor, 24 out. 1826.
- ³³ AN, maço XM 793, Ofícios do inspetor, 22. jan., 3 jun., 20 abr. 1826.

³⁴ AN, maço XM 793, "Relação dos guaranis vindos do Rio Grande e existentes neste depósito que se ofereceram voluntariamente para assentar praça na Imperial Brigada de Artilharia", por Marcelino de Souza Mafra, em 24 de maio de 1826.

³⁵ BRASIL. Decisões. Aviso n. 82, de 5 de setembro de 1827 (Recomenda as remessas de índios para serem empregados no Arsenal da Marinha da Corte e nos navios da Armada Nacional e Imperial). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.

³⁶ AN, maço XM 798, Ofício do comandante da presiganga, 27 jul. 1827. De acordo com o comandante, a nau *Vasco da Gama* recebeu todos os recrutas que estavam na presiganga em 9 de janeiro de 1827. BRASIL. Decisões. Aviso n. 9, de 27 de janeiro de 1827 (Transfere o depósito de recrutas para bordo da Nau *Pedro I* e manda que sejam inspecionados no mesmo depósito todos os doentes pertencentes à Marinha), Aviso n. 20, de 12 de fevereiro de 1827 (Determina que o depósito de recrutas fique debaixo das ordens do comandante do porto e providencia a respeito dos recrutas e engajados dos navios de guerra) e Aviso n. 6, de 7 de janeiro de 1828 (Suprime o emprego de comandante do porto do Rio de Janeiro e passa o depósito de recrutas para o Arsenal de Marinha). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.

³⁷ Ver o ofício do inspetor em GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 186-187.